

A ECONOMIA DE PERNAMBUCO: PERDA DE DINAMISMO E A
NECESSIDADE DE BUSCAR CAMINHOS POSSÍVEIS

J. Policarpo Lima

Frederico J. Katz

Professores do PIMES/UFPE

1. INTRODUÇÃO¹

A economia de Pernambuco apresentou, nos anos setenta, um comportamento bastante dinâmico, a exemplo do desempenho da economia nacional, tendo o produto mais do que dobrado durante a década. Esse resultado, diga-se, foi ligeiramente inferior ao apresentado pela economia do Nordeste, sendo que entre 1970 e 1975 Pernambuco cresceu um pouco à frente da Região como um todo (taxa média de crescimento de 10,6% ao ano contra 10,2%), invertendo-se o desempenho na segunda metade dos anos 70 (6,6% contra 7,2% ao ano), iniciando-se aí uma tendência de perda de posição relativa no contexto regional.

Durante os anos 80, período em que a economia brasileira tende à estagnação, a economia pernambucana cresceu à taxa média de 2,4% ao ano entre 1980/85 enquanto o Nordeste crescia a 4,4% ao ano, sendo que entre 1985/1987, período do curto ciclo de

1 Os itens 1 e 2 deste artigo reproduzem partes de um trabalho redigido por um dos autores a partir de discussões conjuntas com técnicos da Secretaria de Planejamento de Pernambuco (Jan/90). Este trabalho é parte de pesquisa em andamento sobre a economia do Nordeste que conta com o apoio financeiro da FACEPE e o CNPq.

crescimento da década a nível nacional, Pernambuco cresce a 7,2% e o Nordeste a 8,0% ao ano confirmando a tendência perda da dianteira de ritmo de crescimento pernambucano em relação ao Nordeste. (tabela 1).

TABELA 1 - NORDESTE E PERNAMBUCO: TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB, TOTAL E SETORIAL - 1970/87.

Períodos	Pernambuco				Nordeste			
	Prim.	Sec.	Terc.	Total	Prim.	Sec.	Terc.	Total
1970/75	9,3	13,8	9,5	10,6	10,5	7,7	10,7	10,2
1975/80	2,9	7,6	7,2	6,6	0,5	10,5	9,8	7,2
1980/85	3,0	1,2	2,9	2,4	5,3	0,8	5,9	4,4
1985/87	4,2	6,8	9,4	7,2	6,9	5,1	12,1	8,0

Fonte dos Dados Básicos: SUDENE

Em consequência há, naturalmente, uma perda de posição relativa na economia regional, e a ela vinculada, observa-se a manutenção de índices de qualidade de vida e de níveis de pobreza que se assemelham àqueles vigentes em países em pior situação no mundo. Isso foi acentuado pela intensificação da concentração de renda que acompanha períodos de baixo crescimento com altas taxas de inflação como é o caso do ocorrido na década dos 80. No caso de Pernambuco, os índices de pobreza adquirem tons mais dramáticos, em vista da maior fragilidade relativa da economia do Agreste e do Sertão, bastante vulneráveis às variações climáticas (com exceção da área irrigada do Vale do S. Francisco), bem como pelo inchamento, em boa parte daí decorrente, característico da Região Metropolitana do Recife.

Ao lado desse desempenho pouco satisfatório da sócio-economia e a ele associado, observa-se um gradativo isolamento de Pernambuco com perda de poder político tanto a nível nacional quanto regional, o que tanto contribuiu para sua insatisfatória performance passada quanto dificulta a recuperação do dinamismo da economia.

Diante do quadro caracterizado acima, cabe investigar os principais fatores que têm condicionado a deterioração do cenário econômico social e político de Pernambuco num esforço de entendimento que pode levar à descoberta de pontos de

estrangulamento e a possíveis alternativas para a retomada do crescimento da economia pernambucana. Nessa linha desenvolve-se este trabalho em suas seções seguintes.

2. PRINCIPAIS FATORES ASSOCIADOS À PERDA DE DINAMISMO.

Inicialmente, vale examinar os fatores explicativos do baixo grau de dinamismo da economia pernambucana no contexto regional. Sabe-se que tanto a economia pernambucana quanto a nordestina apresentam-se hoje bastante integradas à economia brasileira e assim refletem a evolução do ciclo econômico crescendo ou retraindo-se de acordo com a tendência geral.² Observe-se, no entanto, que a economia de Pernambuco vem apresentando comportamento destoante no cenário regional. Assim, embora tenha passado por mudanças, modernizando-se e diversificando-se, a economia de Pernambuco, que em 1970 contribuía com 24,8% do PIB regional teve essa participação reduzida para 21,0% em 1980 e para 18,7% em 1987. Causa maior preocupação observar-se os índices de crescimento segundo os estados nordestinos. Aqui fica claro que Pernambuco perdeu posição por crescer menos que todos os demais estados e não apenas por possíveis casos isolados de crescimento elevado em alguns outros estados que poderiam ter puxado os índices regionais (Tabela 2). Cabe então examinar as causas dessa tendência e as especificidades de Pernambuco no contexto regional. Cumpre esclarecer que não se deseja com isso realçar a perda de posição em si mesma, mas tomá-la como um claro indicador da debilidade do sistema produtivo com as evidentes implicações negativas a ela associadas.

² Por outro lado, como observado por Gomes et alii (1983), para o início da década dos 80, parece se repetir uma sincronização, com defasagem temporal, entre os movimentos dos pólos dinâmicos da economia brasileira e as oscilações da atividade em Pernambuco, sendo que as repercussões negativas se ampliam neste último. Embora essa associação funcione no geral, vale observar que as taxas médias de crescimento apresentaram nas últimas décadas algumas discrepâncias, tendo, por exemplo, o Nordeste crescido seu PIB no período 1970/79 à média de 10,1% ao ano, enquanto o País como um todo cresceu a 8,7% ao ano.

TABELA 2 - NORDESTE: ÍNDICES DE CRESCIMENTO DO PIB POR ESTADOS

Estados	1970	1975	1980	1985	1987
MA	41,1	58,9	100,0	145,5	199,1
PI	40,8	66,9	100,0	141,7	169,1
CE	35,7	63,2	100,0	154,0	158,5
RN	37,5	65,4	100,0	148,2	203,5
PB	53,5	92,4	100,0	147,8	160,9
PE	43,9	72,5	100,0	112,8	129,7
AL	42,0	76,9	100,0	164,7	187,0
SE	37,8	66,3	100,0	135,8	156,2
BA	43,2	81,4	100,0	127,8	147,5
NE	45,2	70,5	100,0	124,0	144,6

Fonte: SUDENE/DPG/PSE /Grupo de Contas Regionais

Em primeiro lugar, deve-se mencionar que dentro do processo de integração da economia brasileira e de suas regiões passaram os estados nordestinos a se articular mais diretamente com os pólos dinâmicos do Sul/Sudeste no que perde Pernambuco, por ter entre suas funções econômicas a de entreposto comercial que vê-se assim reduzida. Com isso o comércio atacadista de Pernambuco e as atividades a ele encadeadas têm diminuída a sua importância, embora a Região Metropolitana do Recife seja ainda o centro abastecedor de representativos segmentos produtivos desde o Rio Grande do Norte até Alagoas. Os demais estados nordestinos, no entanto, saíram quase que completamente de sua órbita de influência. Associado a este fenômeno está também a perda de competitividade do Porto do Recife em relação a outros portos da Região como, por exemplo, o de Cabedelo (PB).

Por outro lado, o segmento empresarial pernambucano mais representativo, aquele ligado à agroindústria álcool-açucareira, talvez por contar com esquemas específicos de financiamento e por suas características conservadoras, ficou praticamente à margem das transformações observadas com a implantação da "nova indústria" e manteve-se preocupado quase que apenas com o próprio setor e com a continuidade do aparato protecionista, de

características imobilizantes, do Governo Federal. Esse fato contrasta bastante com o ocorrido em outros estados, principalmente na Bahia e no Ceará, onde os grupos líderes locais integraram-se ao processo de diversificação da indústria e participaram, juntamente com os governos estaduais, das pressões por maiores recursos oriundos da esfera federal. Junto com isso, investiram e diversificaram suas atividades em seus próprios estados, o que não ocorreu com a maioria dos grupos pernambucanos do setor álcool-açucareiro. Estes, em sua maioria, optaram por investir em outros estados, seja no próprio setor álcool-açucareiro, seja em projetos agro-pecuários, atraídos por vantagens locais e/ou incentivos específicos.

Paralelamente, nas últimas décadas, observou-se também a implantação de novos setores industriais e a efetivação de investimentos de elevada magnitude por parte de empresas estatais, de influência decisiva, em outros estados da Região. Entre estes pode-se citar o Pólo Petroquímico de Camaçari, o complexo cloro-químico de Sergipe e Alagoas, o complexo minero-siderúrgico de Carajás. Esses investimentos, em boa parte dependentes direta ou indiretamente do Governo Federal, contribuíram sobremodo para um maior dinamismo dessas economias. Como mudança importante registre-se também o esforço de investimentos, coordenado pelo governo estadual, no sentido da diversificação industrial com realce para o setor têxtil/confecções realizado na Região Metropolitana de Fortaleza. De um modo geral, essas áreas econômicas passam assim a atrair, em função desse dinamismo e de economias externas, investimentos outros que poderiam vir para Pernambuco.

Esse fenômeno, diga-se, tem parte de suas raízes no II PND quando foram definidos blocos de investimentos nas áreas de bens de capital e de insumos básicos, tendo Pernambuco ficado de fora. Com isso a economia de Pernambuco não ampliou seu nível de integração interna nem avançou o índice de aproveitamento de potencialidades locais, o que poderia ter contribuído para um maior efeito multiplicador e uma maior internalização da renda. Nesse período, os maiores esforços de investimento da economia pernambucana concentraram-se no Complexo Suape. Embora relevante, Suape constitui-se muito mais em reforço e ampliação da infra-estrutura industrial não sendo ele, pelo menos por enquanto, um projeto de elevados impactos sobre a economia estadual como o foram, por exemplo, os investimentos feitos no eixo químico Bahia/Alagoas.

O Pólo Petroquímico de Camaçari, vale realçar, constituiu-se em um bloco de investimentos em capital fixo da ordem de US\$ 4,0 bilhões, levando-se em conta apenas as unidades industriais de maior peso e significação. A isso corresponde uma geração de cerca de 20.000 empregos diretos. Para a viabilização do complexo, foi muito importante o aporte de recursos estatais, sendo superior a 85% do investimento global a participação do Setor Público, somando-se os empréstimos do BNDES, os incentivos fiscais (FINOR inclusive), os recursos estaduais e municipais, os investimentos da Petrobrás, os gastos federais em infra-estrutura, a integralização do capital das unidades do chamado Complexo Básico, etc. O FINOR sozinho contribuiu com 6% do total investido em Camaçari (Bahia, 1980).

Adicionalmente, vale lembrar que a Região Metropolitana do Recife (RMR) permaneceu durante muito tempo (de 1969 a 1987) fora da faixa de prioridade A para projetos que buscassem incentivos fiscais via SUDENE. Com isso, ao lado da maior agressividade de outros estados que contaram ainda com o maior apoio do Governo Federal, Pernambuco teve reduzida sua participação nos recursos do FINOR.³ Observe-se que nesse período foram instalados no Nordeste, particularmente no Ceará, alguns importantes projetos na indústria têxtil controlados por grupos empresariais do Sudeste que poderiam perfeitamente ter vindo se instalar em Pernambuco, sendo aí o diferencial de incentivos um fator locacional ponderável.

Esse aspecto demanda maiores comentários que podem ser acompanhados pelas informações na Tabela 3 abaixo. De 1963, ano em que foram criados os incentivos, até 1990 a SUDENE liberou um total de cerca de US\$ 6,755 bilhões de incentivos fiscais (34/18 mais FINOR) para o Nordeste como um todo.⁴ Do total dos recursos liberados pela SUDENE praticamente 80% foram aplicados em projetos localizados na Bahia (29,4%), Pernambuco (17,5%), Ceará (16,0%), Minas Gerais (9,3%) e Paraíba (7,5%). Observa-se assim uma concentração significativa de liberações no estado da Bahia, principalmente no período 1975/84, período dentro do qual

3 *Embora o mesmo tenha ocorrido também com a Região Metropolitana de Salvador, este fato não acarretou grandes perdas ao estado da Bahia pois Camaçari manteve-se na faixa A.*

4 *Vale ressaltar que Camaçari, sozinho, constituiu um empreendimento que representa cerca de 60% de todos os incentivos fiscais para o Nordeste no período.*

ocorreu a montagem do Pólo Petroquímico de Camaçari. Nesse intervalo de tempo, a Bahia recebeu praticamente o mesmo montante liberado para Pernambuco e Ceará considerados conjuntamente. A participação de Pernambuco no total de incentivos, embora significando a segunda maior fatia deste bolo, apresentou-se sistematicamente declinante. Assim é que reduziu-se de 36,9% no período 1963/69 para 25,7% entre 1970/1974, caindo para 16,6% entre 1975/84 e chegando ao patamar inferior de 13,4% no período 1985/90. Paralelamente, a Bahia, embora reduzindo seu peso no todo, mantinha mais elevada sua participação (32,8% a 19,4%), enquanto o Ceará ampliava-a consideravelmente (variando de 10,1% para 22,4%) com ênfase para o período mais recente (1985/90) conforme mostra a Tabela 3.⁵ Nessa evolução, o deslocamento da RMR da faixa A de prioridades manifestou seus efeitos sobre as liberações principalmente a partir de 1975.

TABELA 3 - NORDESTE, PERNAMBUCO, BAHIA E CEARÁ:
LIBERAÇÕES DE INCENTIVOS
(34/18 E/OU FINOR) - 1963/90 (US\$ 1.000,00)

Períodos	PE	(%)	BA	(%)	CE	(%)	NE
1963/69	109.063	36,9	96.849	32,8	29.994	10,1	295.668
1970/74	201.683	25,7	242.542	30,9	76.462	9,8	783.569
1975/84	590.364	16,6	1.028.729	29,0	497.287	14,0	3.548.824
1985/90	284.562	13,4	413.066	19,4	476.304	22,4	2.127.137
TOTAL	1.185.672	17,5	1.781.186	29,4	1.080.047	16,0	6.755.198

FONTE: SUDENE

Somando-se a isso o menor grau de dinamismo revelado pelas administrações de Pernambuco no sentido de atrair investimentos oferecendo incentivos específicos, pode-se entender o menor volume de recursos aqui investidos (EFEM/UFPE, 1988).

Esse fato torna-se relevante quando leva-se em conta que uma pesquisa realizada pelo BNB e SUDENE em 1978 revelou que

5 A separação por períodos foi feita de acordo com os patamares observados para a participação de Pernambuco no total de incentivos.

dentre 767 empresas incentivadas até então implantadas, 66% delas afirmaram que a existência de incentivos fiscais foi decisiva para a implantação das mesmas na Região (Op. cit). Posteriormente essa pesquisa foi repetida e seus resultados preliminares confirmam a importância dos incentivos, juntamente como o aproveitamento da matéria-prima local, como importante fator locacional (*Jornal do Comércio*, 11/04/91). Como Pernambuco não é particularmente rico em matérias-primas, a importância dos incentivos é magnificada e o deslocamento da RMR da faixa A de prioridades locacionais do FINOR certamente contribuiu para deslocar para outros estados da Região investimentos que poderiam ter vindo para Pernambuco.

Na verdade, faltou a Pernambuco a definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento industrial, coerente com sua dotação de fatores, que envolvesse a definição de investimentos de maior porte que poderiam deflagrar um processo de inversões complementares através de seus efeitos a montante e a jusante. Com a efetivação de significativos empreendimentos de forma desequilibradora em outros estados do Nordeste observa-se uma queda na participação relativa deste estado na Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público do Nordeste. Esta passa de 16,9% em 1970 para 14,3% em 1980. Além disso, há que se atentar para o fato de serem os investimentos do setor público em Pernambuco mais ligados às atividades terciárias o que tem natureza diversa de investimentos na área industrial e na infra-estrutura pelas maiores repercussões indiretas (SEPLAN/EFEM, 1990).

Como resultado da ausência de diretrizes preocupadas com uma maior articulação intra-indústria, este setor em Pernambuco não ampliou suas possibilidades de internalização da renda e do emprego, articulando-se muito mais com a economia do Sul/Sudeste e tornando-se bastante vulnerável às oscilações da dinâmica econômica nacional.⁶ Embora a economia nordestina como um todo tenha evoluído no sentido de se definir como fornecedora de bens

6 Há indicações de ser a atividade industrial pernambucana mais vulnerável a essas oscilações. No primeiro semestre de 1990, por exemplo, registrou-se em Pernambuco um redução de 11,3% do produto industrial em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto no Nordeste essa queda foi de 7,7% e no Brasil de 4,0% (dados da FIPE/PE, *Jornal do Comercio*, 16/11/90).

intermediários, na economia de Pernambuco esse papel é mais acentuado em certos setores da indústria, como no ramo químico, sendo ao mesmo tempo muito acentuado o abastecimento fora do estado de insumos e matérias-primas nos setores que produzem bens finais.

Essa articulação para fora, vale lembrar, é maior exatamente nos setores mais dinâmicos da indústria. Esse fenômeno é ilustrado pelos dados da pesquisa SUDENE/BNB de 1978 feita com as empresas incentivadas de Pernambuco que comprovam 52% dos insumos fora do Nordeste, sendo que as chamadas indústrias tradicionais abasteciam-se em 72% de fornecedores regionais enquanto nas chamadas indústrias dinâmicas esse percentual atingia apenas 27%. Quanto às vendas, observou-se que 23% se destinavam a S. Paulo, 16% para outros estados e 11% para o exterior (SEPLAN/EFEM, 1990), ou seja, 50% da produção era colocada fora do estado. Em suma, embora perfeitamente integrada à dinâmica da economia brasileira, a forma complementar àquela assumida pela indústria local faz com que "vazem" os efeitos dinâmicos do crescimento econômico, em vista de sua reduzida integração inter e intra-setorial, enfraquecendo assim sua capacidade de geração de emprego e renda. O estado de Pernambuco, embora no Nordeste seja um dos que mais tenha tentado controlar suas despesas correntes em sintonia com a evolução das receitas correntes, não tem apresentado receita própria capaz de com ela financiar investimentos. Na verdade, no período 1974/86, em média, a arrecadação própria supriu apenas 92,5% da despesa corrente, sendo o gasto excedente coberto com transferências. Como o item transferências contém uma razoável parcela de recursos dependentes do arbítrio do Governo Federal e como o estado de Pernambuco não se destacou, pelo menos nas últimas décadas, pela agressiva conquista de recursos federais, a capacidade de investimento do estado tem sido tolhida. Essa realidade contrasta bastante com a situação vivida, por exemplo, pelo estado da Bahia que entre 1976 e 1984 recebeu mais da metade dos recursos de capital transferidos pela União para o Nordeste, ou seja, quase duas vezes mais do que foi aplicado em Pernambuco no mesmo período (EFEM/UFPE, 1988).

Adicione-se a isto a atitude comum a sucessivos Governos de Pernambuco de não recorrer pesadamente ao endividamento. Isto num período em que outros Estados, esgotadas as vias usuais de empréstimos, lançavam no mercado Títulos da Dívida Estadual

tornando-se verdadeiros emissores de dinheiro. É verdade que, ao sabor dos caprichos das elites locais, parte destes valores não foi utilizada diretamente em infra-estrutura ou outros tipos de investimento que deixassem resultados positivos duradouros e sim em projetos de reprodução do poder político (Amaral Filho, 1991). De qualquer maneira isso implicava em mais dinheiro circulando pelo Estado parte do qual foi captado pelos esquemas de acumulação e reprodução. Considerando estes resíduos e, naturalmente, os montantes aplicados de forma mais saudável chega-se a valores consideráveis que sem dúvida foram importantes na definição da base material dos Estados. Segundo Amaral Filho, o total da dívida molibiliária dos Estados e municípios era, ao fim do primeiro semestre de 1991, quase US\$ 10 bilhões; 85% da mesma concentrava-se em quatro Estados: São Paulo (34%), Minas Gerais (19%), Rio de Janeiro (15,8%) e R. G. do Sul (15%). Ainda, segundo o mesmo autor, considerando agora a dívida vencida e a vencer em geral, porém só dos Estados com a União (estatais, Tesouro Nacional, INSS, FGTS, etc) observa-se na mesma época, a soma de US\$ 57 bilhões, que é a metade da dívida externa do país. Evidentemente este processo de endividamento alavancou fortemente e de maneira bastante desigual atividades nas diferentes regiões brasileiras.⁷

Por outro lado, Pernambuco apresenta regiões, como boa parte do Sertão e do Agreste, cujas atividades econômicas apresentam, em geral, baixa produtividade e pouca ou nenhuma vinculação com os eixos de acumulação não dispondo de dinamismo para expandir-se e atrelar-se aos mesmos. Embora tenham sido observadas ocorrências esparsas de surtos de crescimento em pontos dessas áreas, tem predominado a exploração agrícola pouco diversificada, em bases tecnológicas atrasadas e de baixa produtividade num contexto de elevada concentração fundiária. Em função do chamado processo de pecuarização em curso no Agreste, tem sido reduzida a produção de alimentos básicos e de algumas matérias-primas com implicações sobre os custos tanto das plantas industriais, que

7 *Não se constatou reação expressiva em Pernambuco ao engodo representado pela proposta de Federalizar a dívida dos Estados. Obviamente, para Estados como Pernambuco que sempre se restringiram em tomar empréstimos, a rolagem subsidiada com dinheiro que de outra forma viria em parte para cá, é a consolidação definitiva das perdas do processo.*

passam a adquirir fora do estado suas matérias-primas, quanto dos alimentos consumidos nos centros urbanos também encarecidos pelos custos de transporte. Além disso, os dados disponíveis indicam uma queda nos índices de produtividade de culturas alimentares e de matérias-primas caso, por exemplo, do feijão, do milho e da mandioca. A cultura do algodão por sua vez, foi praticamente dizimada com a praga do bicudo, fazendo com que as usinas beneficiadoras remanescentes operem com elevada ociosidade e direcionem novos investimentos para outros estados, o que agrava o quadro de reduzida integração dessas áreas aos eixos de acumulação (EFEM/UFPE, 1988).

Ainda nessa linha de explicitação de fatores associados aos baixos níveis de integração da economia estadual merece realce o reduzido índice de dinamismo característico do setor terciário pernambucano, visto ter este um peso significativo de atividades informais com baixa capacidade de geração de renda e, portanto, com baixo potencial de acumulação e de emissão de efeitos encadeadores.

Este ponto é da maior importância já que a participação do Terciário no PIB de Pernambuco é elevada, tendo se situado pouco abaixo dos 60% nas últimas décadas (SEPLAN/EFEM, 1990). Algumas outras informações acerca deste Setor configuram ainda melhor a situação. Embora as mesmas se refiram à Região Metropolitana do Recife (RMR), elas são relevantes em virtude do peso desta na economia estadual, pois, particularmente no que diz respeito ao Terciário pernambucano, 68,2% de seu PIB é gerado na RMR. Ou seja, os dados que comentamos a seguir referem-se a cerca de 40% do PIB do Estado. Também do ponto de vista da força de trabalho, estes dados são importantes pois descrevem informações sobre 68% da PEA da RMR. Observando mais de perto o Terciário da RMR, através da análise de dados de 1984, vemos que sua composição indica uma alta participação do chamado Setor Informal (SI) (SEPLAN/EFEM, 1990). Em relação à ocupação, o subsetor de prestação de serviços é responsável pela maior parcela, 31,2%, do setor. Este é um estrato onde seguramente boa parte dos participantes pertence ao SI, o que se confirma de diversas maneiras. Primeiro pelo tipo de atividades com forte predominância dos serviços domésticos remunerados. Aí também se enquadram as pessoas que sobrevivem graças a variados tipos de biscates, sendo que 67% dos seus participantes remunerados não recebem

sequer 1 salário mínimo (SM).⁸ O segundo mais numeroso sub-setor é o de comércio com 25,7% da ocupação. Aqui também registra-se a presença significativa do SI, bastando para isto lembrar a participação do comércio ambulante e do pessoal das "bodegas". A parcela de seus componentes com rendas também inferior a 1 SM é de 33%. Ratificando estas observações vale ressaltar que estes dois subsetores são aqueles que apresentam, em geral e não só no Terciário, a maior participação de trabalhadores por conta própria que, nos estratos com baixos níveis de renda, em sua maioria pertencem ao SI (SEPLAN/EFEM, 1990). Se computarmos todos os trabalhadores do Terciário, a exceção daqueles em Administração Pública que deveriam ser excluídos de uma estimativa do SI, que trabalham sem receber ou recebendo menos de 1 SM chegaremos a 41% do Setor. Estes dados confirmam o que foi adiantado acima acerca do grande peso do Terciário em Pernambuco, e dentro deste da elevada participação do SI, corroborando as conclusões sobre as dificuldades de geração de renda e acumulação.⁹

3. EM BUSCA DE POSSÍVEIS EIXOS DE ACUMULAÇÃO

Em função, principalmente, desses fatores a economia de Pernambuco apresenta seu setor industrial carente de investimentos de porte estruturador que lhe permitam um maior grau de dinamismo, bem como ressentem-se nos setores primário e terciário de transformações qualitativas que possibilitem a retomada do crescimento em bases mais seguras e permanentes.

Apesar das carências acima serem de decisiva importância como inibidores do crescimento econômico, há que se qualificar, no entanto, um aspecto geralmente aceito sem maiores considerações

8 *Devido à impossibilidade de medir oficial e precisamente o SI, utilizam-se diversas formas de avaliar suas dimensões aproximadas. Estamos, neste ponto usando a remuneração inferior a 1 SM como indicador do SI.*

9 *Este mesmo estudo do EFEM, pg. 64, traz elementos que permitem estimar o SI abrangendo 45% das pessoas ocupadas em 1984 na RMR e 42% em 1986, ano de atividades econômicas mais intensas. Neste caso o SI está sendo calculado como o total de pessoas que não contribuem para a Previdência Social.*

como uma das causas da perda de peso relativo do setor industrial de Pernambuco bem como um obstáculo dificilmente superável a uma possível reversão do quadro pessimista aqui traçado. Trata-se do marco tecnológico e do seu confronto com a situação no resto do país, mas também em relação às tendências e implicações da chamada "Revolução Científica e Tecnológica" (RCT).

3.1 O Marco Tecnológico e a Retomada do Crescimento

Com referência ao relacionamento entre os temas Desenvolvimento e Revolução Científica e Tecnológica cabem alguns comentários. Circula já há algum tempo, de forma crescente, uma literatura que analisa a situação dos países Periféricos em face às introduções, no Centro, de novas tecnologias. Trata-se de um fenômeno real, que estaria ocorrendo num ritmo que se acelera, e que, naturalmente, resultará em fortes impactos em todos os países. Este conjunto de fatos tem, no entanto, servido de base para que algumas das previsões sobre os destinos do Terceiro Mundo sejam generalizada e excessivamente sombrias. Estas, porém, não são de aceitação indiscutível.

Em trabalho anterior analisamos esta controvérsia (Katz e Lima, 1991). Ali não contestamos a importância do fenômeno e muito menos sua ocorrência, mas ponderamos acerca da necessidade de se qualificar melhor certas previsões. Naquele texto também opomo-nos à postura de cair no extremo oposto de ignorar as dificuldades do desenvolvimento periférico e imaginá-lo otimisticamente como um caminho fácil e sem obstáculos. Porém, acreditamos que uma análise mais realista e apurada da situação afastaria o derrotismo que só beneficia a aceitação de políticas de portas abertas sem maiores (ou nenhuma) qualificações, o que entendemos como prejudicial. O que pretendíamos naquele trabalho era observar a necessidade de se abandonar estas abordagens maniqueístas e verificar que existem mudanças no bloco periférico, algumas tão importantes quanto as diferenças entre os blocos, que não devem ser ignoradas. Uma das mais importantes categorias a se observar neste tipo de análise é então a heterogeneidade. Uma primeira forma em que a heterogeneidade deve ser considerada diz respeito à própria RCT. As diversas áreas desta apresentam barreiras a entrada bastante diferenciadas em relação à periferia. Outra manifestação, igualmente importante, da heterogeneidade é

aquela do tecido produtivo da periferia. Todas estas diferenças devem garantir a presença, em nossas previsões, da possibilidade do desenvolvimento econômico e tecnológico desigual de algumas de suas partes. Ainda naquele texto juntamos uma pequena colaboração ao esforço de melhor qualificar alguns aspectos desta controvérsia. Para tal tomamos Pernambuco como exemplo. A escolha foi intencional pelo fato deste Estado estar atravessando uma fase particularmente problemática. Todavia, mesmo naquele caso, acreditamos ter mostrado que existe uma enorme diferenciação em seu parque industrial. Considerando-se, como dito acima, que as mudanças tecnológicas em curso constituem um conjunto heterogêneo, também em termos das chances de acesso dos mais atrasados às suas variadas modalidades, afirmamos que os vários ramos da indústria pernambucana têm chances muito diversas, alguns podendo dar passos importantes na presente onda de avanço tecnológico.

Esta postura de procurar brechas, contra aquela de ver a frente um muro intransponível, é construtiva e essencial visto que predispõe a busca e apoio a instrumentos diversos (legislação, incentivos vários, instituições de apoio a P&D e, sobretudo, educação) que façam face a situação atual.

Vale a pena relembrar aqui um aspecto bastante discutido poucos anos atrás. Entre as críticas que alguns fizeram à estratégia da SUDENE para a industrialização do Nordeste havia a afirmativa de que esta deveria ter atendido à nossa "dotação regional de fatores de produção" e resultado na implantação de empreendimentos que operassem com baixa relação capital/trabalho. Assim, evitando projetos intensivos de capital, teríamos gerado muito mais emprego e dado ao processo de crescimento econômico um caráter mais humano.

Acontece que a realidade não se submete aos nossos desejos por mais nobres que sejam. As empresas incentivadas se instalavam dentro de uma lógica de concorrência e acumulação. Por isso necessitavam utilizar esquemas produtivos que pudessem competir com os já existentes ou que viessem a se instalar na região ou fora e certamente não aceitariam opções muito distintas. Para tal, naturalmente, adotaram a tecnologia mais avançada possível. Sorte nossa. Como obviamente não existiam nem se instalariam barreiras protetoras, tão logo as vantagens das isenções fiscais expirassem estas unidades concorreriam em pé de igualdade (para manter

uma abordagem otimista) com outras e o índice de mortalidade teria certamente sido ainda maior que o verificado. Mais cedo ou mais tarde seríamos inevitavelmente checados pela concorrência e certamente terminaríamos com muito menos empresas e empregos. Pelo menos parte do esforço sobreviveu. O Estado pode e deve dar orientação aos processos econômicos e também praticar políticas sociais, porém é difícil sustentar, permanentemente e no núcleo do setor produtivo, uma operação que contrarie a lógica do capital. Por fim pergunta-se como estaríamos face a Revolução Científica e Tecnológica e a Nova Política Industrial que aponta para a abertura da economia se fosse aquele o caminho escolhido?

Outra crítica que mais recentemente tem sido feita à política de Desenvolvimento da SUDENE é realmente procedente. O argumento poderia ser colocado da seguinte maneira. A ideologia cepalina que norteou nossa industrialização - a industrialização de Substituição de Importações - foi tão forte e influente que, de certa forma, impôs-se na elaboração da estratégia de desenvolvimento regional. O que era um projeto concebido para nações foi replicado para outro contexto, adotando-se a orientação de que as empresas que se instalassem no Nordeste, para obterem apoio oficial, teriam que substituir importações do Sudeste ou do exterior. Independentemente de outras considerações, é fato que esta qualificação fundamental era muito aberta e a aceitação de projetos se deu numa variedade muito ampla. Esta dispersão parecia esquecer a lição clássica de Nurkse (1963) de que "uma andorinha só não faz verão" e que os investimentos em atividades que se integram têm sua potencialidade magnificada. Financiou-se todo tipo de fábricas desde uma que produziria ampolas de injeção até outra de relógios, cobrindo boa parte da lista que compõe um bom catálogo de ramos industriais. Esta escassa inter-relação e baixa densidade deu grande fragilidade ao parque industrial resultante dessa expansão.¹⁰ O pouco relacionamento entre os processos produtivos faz com que a inauguração de uma planta, ou a sua expansão, traga apenas pequenos reflexos sobre a demanda das outras fábricas

10 O problema que se está tratando aqui é o da dispersão de recursos na formação do tecido industrial. Além deste houve, como se sabe, a dispersão de recursos para os setores primário e terciário, e para outras regiões do Brasil.

ou setores. O problema da falta de densidade é próximo a este porém não idêntico. Um empreendimento de porte, ou diversos de dimensão média na mesma linha, estrategicamente situados, tem uma importância não apenas quantitativa em termos de efeitos multiplicadores. Seus reflexos na estrutura industrial podem também ser qualitativos porque justificaria e induziria a montagem, ou expansão, de outras atividades a montante e/ou a jusante. O estabelecimento de um ou dois destes empreendimentos, que recentemente passaram a ser referidos como estruturadores, teria deixado resultados mais importantes que a miríade de fábricas implantadas, algumas fruto de concepção bastante questionável. Em virtude deste quadro tivemos uma enorme mortandade de empresas e, o que é ainda mais grave, o conjunto de empreendimentos remanescentes não constituiu um volume satisfatório de massa crítica interna concentrada em certos núcleos em condições de manter um processo onde o crescimento continuasse auto-sustentado.

Como crítica a este tipo de estratégia surgiu a proposta de Rômulo de Almeida, encampada pelo BNDES, da "descentralização concentrada". A idéia é que a concentração industrial em certas áreas, notadamente no Sudeste, é inconveniente para a nação e, em certa medida, até mesmo para aquela região. Porém o esforço de descentralização só terá resultados maximizados e tornados permanentes se não for vítima do problema da diluição que se comentou acima. Por esta razão, os investimentos nas áreas carentes como o Nordeste devem ser de peso de sorte a resultar numa transformação qualitativa. Considera-se que "A promoção de mudanças estruturais com maior eficiência dos recursos certamente será mais facilmente atingida caso a descentralização ocorra de forma concentrada, através da instalação de pólos e complexos industriais integrados que permitam efeitos dinâmicos mais expressivos" (BNDES, 1986, p. 02). Este ponto de vista tomou força e já surge como parte importante da estratégia de desenvolvimento regional espelhando-se, por exemplo, em documentos da SUDENE.

4. POSSÍVEIS EIXOS DE ACUMULAÇÃO

Ao pensar caminhos possíveis para a retomada do crescimento de Pernambuco devemos ter em conta o quadro mais geral da

economia brasileira marcado por uma crise profunda e pelo projeto neoliberal de reduzir a participação do setor público na economia.

A crise, de solução ainda não equacionada, evidentemente inibe a efetivação de investimentos, principalmente para um estado onde o ambiente econômico não é dos mais dinâmicos, como é o caso de Pernambuco. A superação destes obstáculos exige então mais esforço, criatividade, mobilização, tenacidade, decisão, etc. dos segmentos da socio-economia como empresários, políticos, administração pública, sindicatos e entidades da sociedade civil organizada. É fundamental a costura de um projeto coletivo de recuperação da vitalidade da economia. Ao setor público, principalmente em suas instâncias estadual e municipal cabe a tarefa de coordenar e estimular essa costura. Esta é uma tarefa que evidentemente não se esgota em programas de governo ou no simples enunciado das necessidades existentes, exigindo ações e articulações as mais diversas.

Cabe aqui reafirmar, no entanto, que embora só com o crescimento seja possível melhorar a qualidade de vida este não é sozinho capaz de assegurar as melhorias. Dependendo do "estilo" do crescimento, os reflexos concretos deste sobre o nível de bem estar são bastante diferenciados. No caso de Pernambuco, por exemplo, um padrão de crescimento de maiores repercussões sociais seria um onde, por exemplo, a construção civil tivesse certa ênfase tanto pela carência de moradias para famílias de renda mais baixa quanto pelos efeitos sobre o emprego e a renda.

Afora a crise devemos refletir também sobre as possíveis consequências do projeto neoliberal caracterizado pelo encolhimento do setor público associado a uma maior exposição da economia à concorrência externa. O encolhimento do Estado junto com a privatização de estatais reduz, por um lado, a possibilidade de utilização destas como instrumento da política regional através de seus investimentos em novas unidades em regiões menos desenvolvidas. Nesse caso Pernambuco teria reduzidas suas chances de abrigar alguns investimentos de estatais cujos critérios de localização transcendam os estritos limites da avaliação privada.

Por outro lado, a menor participação do Estado e das estatais pode abrir espaço para a entrada de capitais privados em áreas até aqui reservadas às estatais e facilitar a implantação de projetos cuja viabilidade é definida pelos critérios de mercado. Este pode ser

o caso da refinaria de petróleo, caso venha a ser aberto o monopólio da Petrobrás no refino, que poderia ser implantada em Suape por empresa de capital privado. Além disso a maior abertura da economia brasileira permitiria o reequipamento do parque industrial de Pernambuco a custos relativos menores, ampliando o grau de competitividade do mesmo em relação ao de outras regiões. Isso considerando que naquelas haveria menos estímulo ao reequipamento por estarem as unidades industriais não totalmente defasadas tecnologicamente, embora não contem com as tecnologias mais modernas e mais produtivas disponíveis no mercado mundial.

Outro aspecto que merece atenção é o da montagem e expansão da infra-estrutura. Em virtude principalmente da crise dos anos 80, Pernambuco apresenta gargalos infra-estruturais nas áreas de energia, transportes e telecomunicações. A solução destes estrangulamentos é essencial para que novos investimentos fluam com maiores possibilidades de êxito. Isso, porém, depende fortemente de articulação do governo estadual e da própria recuperação da capacidade de investimento do setor público e das estatais.

A título de sugestão, tentaremos aqui mencionar algumas possíveis intervenções no sentido da reversão do atual quadro. Não temos a pretensão de ser exaustivos nem necessariamente originais, vez que algumas das alternativas a serem listadas são já conhecidas e mais ou menos óbvias. Continuam, no entanto, na ordem do dia, pois a obriedade não garantiu ainda a deflagração de um decisivo esforço coletivo no sentido de implantá-las.

Começemos pois por estas. Aqui alinham-se as propostas de implantação de investimentos estruturadores que ampliem e reforcem o parque industrial. Entre estes investimentos encontram-se a refinaria de petróleo que completaria o chamado "eixo químico" Bahia/Pernambuco e que já tem em Pernambuco alguma expressão no parque industrial. Existem outros projetos estruturadores para Pernambuco que, porém, são reconhecidamente propostas menos palpáveis que a refinaria, mas também plausíveis e por isso devem ser mencionados. Estes seriam a implantação dos projetos de uma laminadora de aços planos, de uma usina de ferro-esponja e, por último, mas não menos importante, embora de implementação um tanto mais difícil, a instalação em Suape de uma montadora de automóveis.

Evidentemente que estes projetos para serem viabilizados

estão na dependência da estabilização da economia, da retomada do crescimento e da recuperação da capacidade de investimento das estatais. Além disso, dependem de ampla e efetiva mobilização dos diversos segmentos da sociedade pernambucana, sendo decisivas aí a participação dos Governos estadual e municipais e também das elites empresariais e dos trabalhadores através de suas entidades. Isso porque projetos como esses dependem de empenho político para quebrar resistências e conquistar o apoio de órgãos estatais, para aceitar, por exemplo, uma montadora de automóveis que, pelo menos inicialmente, tivesse maior liberdade para importar auto-peças e facilidades para exportação, aproveitando-se assim das vantagens locacionais de Suape.

Estes projetos, seja em conjunto ou mesmo isoladamente, caso não seja possível viabilizá-los todos, implicariam seguramente em fortes repercussões para frente e para trás na matriz interindustrial ampliando bastante os níveis de emprego e de renda em Pernambuco.¹¹

Além destas, porém, há alternativas não tão óbvias que cabe destacar numa linha que tem como principal tônica a idéia da diversificação de ações.

Ainda dentro do setor industrial deve ser ressaltado que, mesmo em condições adversas, há casos significativos de empresas pernambucanas obtendo sucesso por serem inovadoras. Nem sempre inovações e tecnologias modernas representam gastos muito elevados ou constituem-se em caixas pretas inacessíveis. Aqui podem ser listadas as "tecnologias alternativas" bem como os avanços tecnológicos baseados na reorganização dos processos produtivos cuja adoção é relativamente barata e de acesso não muito difícil. Por essa trilha pode-se estimular, através de incentivos e linhas de crédito, a mobilização empresarial no sentido da atualização

11 *A implantação de todos estes projetos, embora da maior importância, defronta-se com a dificuldade, não intransponível, representada pelo elevado volume de investimentos necessários. São os seguintes os montantes estimados: US\$ 1,2 bilhão para a refinaria; US\$ 650 milhões para a laminadora; US\$ 170 milhões para a usina de ferro-esponja e US\$ 1,0 bilhão para a montadora de automóveis. Ver SUDENE/DPG/DPI, Política Regional de Desenvolvimento Industrial, Recife, 1990.*

tecnológica e da maior competitividade do setor industrial.

Ademais, atenção especial deve ser dedicada ao chamado setor terciário. Aqui temos alguns ramos onde Pernambuco desponta com significativas potencialidades. Um deles é o chamado "terciário moderno" que engloba a prestação de serviços técnicos sofisticados. A Região Metropolitana dispõe de tradição e base técnico/científica para abrigar empresas destes serviços (por exemplo, informática, consultoria em geral, comunicação, assistência técnica e manutenção, serviços médicos especializados, etc) em volumes crescentes. Outro filão já mais ou menos óbvio é o turismo. Pernambuco dispõe de plenas condições culturais e de recursos humanos e materiais para atrair rendas crescentes e gerar empregos nessa área cuja expansão já está em curso pelo menos no que diz respeito a projetos de hotéis de médio e grande porte.¹² Apesar disso, carece ainda o setor de maiores atenções no que diz respeito à infra-estrutura e à criação de atrações que estimulem a maior permanência do turista neste estado. Ações conjuntas do setor público com o setor privado tornam-se muito importantes para consolidar e expandir o ramo que tanto impulso tem dado à economia de outros países e mesmo de outros estados do Nordeste.

Podemos observar algumas outras oportunidades de criação ou expansão de pólos dinâmicos em Pernambuco, passando a uma abordagem pela ótica espacial e afastando-nos da Região Metropolitana do Recife.

Um setor que é muito importante, mas já tão discutido que, portanto, não comporta dedicar muito espaço neste trabalho é o suco-alcooleiro. A concorrência, cada vez mais aberta e forte, dos produtores do Sul do país e do exterior e mesmo de outros adoçantes emergentes, já devem ter deixado claro que sem um grande esforço de inovação tecnológica boa parte do setor tende a ficar em situação delicadíssima só sobrevivendo às custas de subsídios. Como estes tendem a ser cada vez mais escassos a tendência é a atualização de algumas unidades e o recuo de outras deixando livres áreas que poderão se destinar a uma maior e saudável diversificação de atividades na Zona da Mata.

¹² É de cerca de 5 empregos indiretos para cada emprego direto o multiplicador de ocupações deste setor. Ver SEPLAN/EFEM, 1990.

Um surto de desenvolvimento que, apesar de ter em termos do Estado uma dimensão ainda pequena, merece registro, principalmente por ter surgido de forma quase espontânea. Trata-se do pólo de confecções do Agreste Setentrional. Há ali (Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama) já um apreciável parque produtor que, mesmo em relação à RMR, nada deixa a desejar seja em termos de volume de mercadorias e matérias-primas que ali circulam seja em termos de atualidade tecnológica. Se o estado tem tido pouco retorno dali (tributos) também muito pouco tem investido no setor ou na área. Esta parece uma possibilidade de aumento de emprego e renda importante, sobretudo porque ocorre em cidades de porte médio do interior.

O fenômeno que, porém, já representa hoje o mais importante Pólo Dinâmico da Economia de Pernambuco sem dúvida ocorre na área do Submédio S. Francisco. A primeira atividade a tomar ares de inovadora foi a agricultura moderna irrigada que tomou dimensões consideráveis a partir de importantes atividades desenvolvidas por órgãos federais. Até hoje estas atividades encontram-se em expansão, que não se limita ao aspecto quantitativo. Continuamente novas técnicas de irrigação e cultura estão sendo implantadas e, até mesmo, a mudança no mix de produtos cultivados tende na direção daqueles que propiciam maior retenção local de valor agregado e de culturas permanentes. Este desenvolvimento, inicialmente mais agrícola, estendeu-se para um setor de agro-indústria de porte e modernidade dignos de nota. Até este ponto os fatos eram facilmente previsíveis. Porém, foi ali gerada uma massa crítica de tal porte que permitiu desdobramentos da indústria para frente e para trás, que certamente superaram as expectativas realistas. Tanto no setor de bens de capital como no de produtos finais, plantas já funcionam localmente com boa performance. As perspectivas de mais avanços só tem obstáculos nos gargalos de infra-estrutura (por exemplo, estradas, energia, habitação, comunicações, segurança, educação, saúde) que deveriam ser atacados e considerados prioritários como ações do Governo Estadual na área. Mais concentrado inicialmente em Petrolina, o fenômeno já se espalha materialmente por outros municípios nas margens do S. Francisco e influi fortemente, até em termos de pressão por mudanças sociais, em uma vasta área que extrapola o estado de Pernambuco. Pela primeira vez na região parece que as mudanças não vêm do litoral. Na realidade, forma-se ali um Pólo

tão forte que, a depender do *timing* de certas ocorrências como, por exemplo, a conclusão do trecho Petrolina/Recife da Ferrovia Transnordestina, o mesmo atrairá para perto de si atividades que imaginava-se seriam desenvolvidas na RMR em razão do surto de crescimento no S. Francisco.

Na tentativa de vislumbrar alternativas para a retomada do crescimento da economia de Pernambuco torna-se muito importante também ampliar a abrangência geográfica da análise a fim de captar a importância de outros elementos da região, quase todos fora de Pernambuco, mas, pelo menos potencialmente, vinculados à sua economia.

Na economia do Nordeste, em meio às conhecidas dificuldades estruturais, despontaram nos últimos anos alguns Pólos Dinâmicos com elevado potencial de crescimento. Encontram-se aí o Complexo Carajás, o Cerrado envolvendo o Oeste da Bahia e o Sul do Piauí e do Maranhão, o já mencionado eixo agroindustrial do Vale do São Francisco, o Pólo Têxtil/Confecções de Fortaleza e o complexo petroquímico de Camaçari. O comportamento futuro dessas áreas terá impactos importantíssimos sobre as economias do Nordeste e, particularmente, de Pernambuco. Esses Pólos poderão expandir-se de forma desarticulada entre si, articulando-se diretamente com a economia do Sul/Sudeste, ou, ao contrário, poderão crescer integrando-se. Quanto mais integrados se desenvolvam, maiores serão os seus reflexos sobre a economia regional. Pernambuco poderá ser beneficiado diretamente com um possível crescimento articulado em vista, por exemplo, dos impactos sobre o parque metal/mecânico da RMR, sobre a prestação de serviços especializados, sobre o porto de Suape (que exportaria os grãos do Cerrado), etc. Para que haja esta integração, no entanto, há que serem concluídas, entre outras, obras de infra-estrutura como a ferrovia Transnordestina e a hidroelétrica de Xingó, além de melhorias no sistema de telecomunicações e na malha regional de transportes. Para isto faz-se necessária a recuperação da capacidade de investimento por parte do setor público, o que também implicaria em diversificação de investimentos das empresas estatais.

Ao lado disso, há que se atentar para o fato de que essa possível articulação dos Pólos depende também de indução do estado através das empresas estatais e/ou de incentivos ao setor privado. Para isso é imprescindível que haja uma ação conjunta das lideranças políticas e econômicas do Nordeste no sentido de viabilizar projetos

que transcendam os interesses estritos de estados ou grupos, numa perspectiva mais ampla.¹³ Além disso, deve-se ter em mente que essa atuação do estado e a maior integração intra-regional tornasse-se bastante dificultada caso prevaleça de forma plena o projeto neoliberal de retirada do estado, deixando-se ao sabor do mercado todas as decisões alocativas. Nesse caso, sabe-se de antemão que apenas poucos projetos de investimento de maior vulto poderiam se localizar no Nordeste atendendo plenamente os estritos critérios privados de avaliação. A tendência seria então a articulação das manchas dinâmicas do Nordeste diretamente com o Centro/Sul e o isolamento progressivo do Nordeste Oriental. Pernambuco, aparentemente, muito teria a perder com esta última alternativa.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL FILHO, Jair, 1991, *Crise Fiscal dos Estados Brasileiros: a Necessidade de um Novo Paradigma de Regulação*, em Anais do Seminário: Políticas Econômicas e Mudanças Estruturais na América Latina, Salvador (no prelo).
- BAHIA, Departamento de Indústria e Comércio, 1980, *A Petroquímica na Bahia*, Salvador, SIC/DIC.
- BNDES, 1986, *Oportunidades de Investimentos Industriais no Nordeste: Um Enfoque Sob a Ótica da Descentralização Concentrada*, Estudos BNDES 4, Rio de Janeiro.
- EFEM/UFPE, 1988, *Estudo sobre Instrumentos de Política Para a Gestão Estadual de Pernambuco*, Recife, FIDEM.
- KATZ, Fred, Lima, Policarpo, 1991, *A Revolução Científica e Tecnológica, Periferia e a Economia de Pernambuco*, CME/PIMES, Texto para Discussão 250, mimeo.
- NURKSE, Ragnar, 1963, *Some International Aspects of the Problem of Economic Development*, em Agarwala, A. N. e Singh, S. P.,

13 Isso exigiria um acordo prévio entre as lideranças regionais para evitar, por exemplo, conflitos como o observado no Governo Sarney quando o Maranhão, o Ceará e Pernambuco disputaram a localização da refinaria de petróleo que acabou não tendo definida sua implantação.

A Economia de Pernambuco: Perda de Dinamismo e a Necessidade de Buscar Caminhos Possíveis

The Economics of Underdevelopment, Oxford University Press, Oxford.

SEPLAN/EFEM, 1990, *Perspectivas e Potencialidades da Economia Metropolitana - Sugestões de Políticas*, Recife, SEPLAN.

SUDENE/DPG/DPI, 1990, *Política Regional de Desenvolvimento Industrial*, Recife.